

UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS E FISCAIS DA PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS DE TELECOMUNICAÇÕES

An analysis of fiscal and economic results of state owned telecommunication companies

Marcelo Sampaio de Alencar¹

RESUMO

O artigo apresenta uma análise do processo de privatização, incluindo os antecedentes históricos de privatizações anteriores. São apurados os resultados das privatizações, em termos de acúmulo de poder e riqueza pelas empresas. Investigam-se também os investimentos das empresas, os resultados obtidos, e o impacto da privatização nos impostos do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização. Empresas Estatais. Resultados Econômicos.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the privatization process, including the historical antecedents of previous privatizations. The results from the privatizations are computed, in terms of power and wealth accumulation by the companies. The investments by the companies are also investigated, as well as the obtained results, and the impact on the taxation in Brazil.

KEYWORDS: Privatization. State Companies. Economic Results.

Data de submissão: 31/01/2015

Data de aceite: 30/01/2018

1 INTRODUÇÃO

Agora que o governo Fernando Henrique Cardoso está distante no tempo, o que possibilita uma análise econômica sem viés ideológico, cumpre investigar os resultados da privatização das empresas estatais de telecomunicações, realizada a partir da alteração da Constituição e promulgação da Lei Geral das Telecomunicações, em 1997. A maneira como foi realizada a privatização tornou os custos de telefonia, fixa e móvel, os mais elevados do mundo, segundo relatório da União Internacional de Telecomunicações (ALENCAR, 2011a).

* Trabalho submetido em 31/01/15 e aprovado em 30/01/18. Para citar este artigo: DE ALENCAR, Marcelo Sampaio. Uma análise dos resultados econômicos e fiscais da privatização das empresas estatais de telecomunicações. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 42, n. 1, p. 187-202, jan/jul, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/index>>. [v. em edição].

¹ Mestre pela Universidade Federal da Paraíba, em 1988, e Ph.D. pela University of Waterloo, Canadá, em 1994. sampaio.alencar@gmail.com

Para realizar uma análise completa do processo de privatização é preciso verificar os antecedentes históricos, que incluem estatizações e privatizações anteriores, quais os resultados das privatizações, em termos de acúmulo de poder e riqueza pelas empresas. Além disso, é importante investigar os investimentos das empresas, os resultados obtidos, e o impacto da privatização nos impostos do País.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Para ir ao âmago do tema, vale a pena lembrar os trabalhos de Kurt Rudolf Mirow e René Armand Dreifuss, que desenvolveram teses importantes para o entendimento da história recente do País. Kurt Rudolf Mirow ficou famoso ao ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional pelo ministro Armando Falcão, ao publicar, em 1977, o livro "A Ditadura dos Cartéis", no qual denunciou o plano de multinacionais para dominar o mercado brasileiro (MIROW, 1978).

O livro traz um depoimento impressionante sobre como atuam as empresas multinacionais. O autor, um industrial sem compromisso com ideologias ou movimentos políticos, foi diretor da Codima S.A. e sofreu as manobras e ameaças de um cartel internacional. Por isso, passou a investigar os problemas que as grandes corporações estrangeiras criam ao dominarem o mercado com acordos nefastos para os países onde atuam.

Ele foi um enorme sucesso porque divulgou, pela primeira vez, de forma direta e documentada, as práticas obscuras das grandes empresas multinacionais, no que se refere à conquista e manutenção de mercados cativos para seus produtos e à eliminação de concorrentes. Mirow também publicou a continuação, intitulada "Condenados ao Subdesenvolvimento", em 1978, e "Loucura Nuclear", em 1979, críticas ao programa nuclear brasileiro.

Sua tese explica a cartelização do mercado brasileiro em setores que vão das telecomunicações aos automóveis, nos quais as empresas combinam e praticam preços até três vezes superiores aos praticados nos Estados Unidos, por exemplo, descontados os impostos. Na área de telecomunicações, os preços podem chegar a 200 vezes aqueles cobrados em países como a Índia.

Essa formação de cartéis ficou patente na área de comunicações após a privatização. Os preços reais dos serviços são rigorosamente idênticos, mesmo que disfarçados em promoções, bônus, e outras artimanhas usadas pelas empresas. Com essa combinação de preços, em um sistema oligopolista, as empresas amealham lucros elevados, ano a ano,

como a Vivo que apresentou uma receita líquida anual de R\$ 18,1 bilhões, em 2010, 8,8% a mais que os R\$ 16,6 bilhões de 2009.

Por conta da receita da Vivo, sua holding, a Telefónica de Espanha, obteve, em 2010, um lucro recorde de 10,167 bilhões de euros, o que corresponde a um aumento de 30,8% em relação ao ano anterior. Esse é um indicador da imensa remessa de lucros feita para o exterior, e a Vivo é apenas uma das empresas que dominam o setor. É interessante notar que, na Espanha, a Telefónica teve prejuízo no mesmo período (ALENCAR, 2011b).

René Armand Dreifuss publicou o livro "1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe", em 1981, no qual analisa os acontecimentos de 1964 como um projeto cuidadosamente arquitetado para tomada do poder no Brasil. Dreifuss apontou a participação de setores economicamente dominantes na derrubada do presidente João Goulart (DREYFUSS, 1981).

Ele mostrou também o papel desempenhado por instituições civis na derrubada do governo, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), além de jornais e revistas de grande circulação, na época, cooptadas para associação ao golpe. Esses periódicos, além de empresas de rádio e televisão, receberam grandes somas, geralmente na forma de verbas para anúncios, para criar na classe média, a ilusão de que o País estaria prestes a ser tomado pelos comunistas. E o efeito foi devastador sobre essa camada da população, que passou a aderir ao golpe.

Os fundadores desses organismos tinham perfis ideológicos diferentes, mas partilhavam certa identidade em suas relações econômicas multinacionais e associadas, em seu posicionamento anticomunista e em sua ambição de reformular o Estado. Dreifuss agregou ao livro uma minuciosa pesquisa documental para mostrar a participação da sociedade civil organizada, até então pouco percebida, na ação dos militares.

Empresas foram criadas, no Brasil e no exterior, para coletar dinheiro de empresários e investi-lo em empreitadas como a compra de revistas e jornais, investimento em anúncios em todas as mídias, pagamento de palestras de especialistas e pagamento de propinas. Governantes, que não podiam ter depósitos das empresas beneficiadas em suas contas, certamente poderiam receber para ministrar palestras, por exemplo.

O trabalho de Dreifuss ilumina o lado obscuro da privatização, feita no governo Cardoso, mas iniciada na época de José Sarney e continuada no governo de Fernando

Collor de Mello. Por mais de uma década, jornais e revistas foram aliciados, com gordas verbas publicitárias, para criticarem o modelo estatal que havia sido criado pelos militares, que governavam o Brasil desde o golpe de 1964. Esse modelo estatizante iniciou com a criação da Embratel, em 1965, mas só foi implantado completamente com a Telebrás, em 1972.

No governo Juscelino Kubitschek o setor de telecomunicações estava em colapso no País. As empresas privadas, que dominavam a geração, transmissão e distribuição de energia, o transporte por bondes, as telecomunicações, a mineração, entre outras áreas, desde a época do Império, há muito haviam parado de investir (ALENCAR, 2011c). Não havia telefones para vender no Brasil, e quem dispunha do aparelho não ouvia sinal de discar, porque as centrais estavam congestionadas. Os militares, provavelmente a contragosto, acabaram tomando uma medida socializante e estatizaram as empresas. No entanto, todas as matrizes das multinacionais receberam polpudas compensações pela estatização de suas subsidiárias brasileiras.

A Telebrás, estatal holding das empresas de telecomunicações, só foi criada em 1972, o que mostra que a estatização teve vida efêmera no Brasil. Como as estatais foram privatizadas a partir de 1997, o período estatizante durou apenas 25 dos 500 anos de história do País. Parte da ilusão criada pela propaganda, que fazia a classe média achar que, no Brasil, as telecomunicações sempre haviam sido do Estado. É interessante notar que, ao contrário de quase todos os países europeus, o rádio e a televisão sempre foram privados no Brasil. Um modelo que Getúlio Vargas tentou mudar, com a estatização da Rádio Nacional, criada por Edgard Roquete Pinto, em 1923, como Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mas que não vingou.

O paradoxal de tudo isso é notar que a estatização, uma atitude tipicamente socialista, foi feita pelos militares, notoriamente anticomunistas. E a privatização, uma ação geralmente atribuída à direita, foi realizada pelo socialista Fernando Henrique Cardoso. E o Brasil, que tinha patentes próprias e era autossuficiente na produção de quase todos os equipamentos de telecomunicações, de centrais telefônicas a cabos ópticos, virou um exportador de divisas e importador de dispositivos. O déficit da balança comercial do setor eletroeletrônico chegou a R\$ 27,3 bilhões, em 2010 (CENTRAL, 2010). Nada menos que R\$ 5 bilhões a mais que todo o valor arrecadado pelo governo Cardoso com a venda de todas as empresas de telecomunicações do País.

Em uma espécie de nostalgia da era pré-estatização, hoje em dia se tornou difícil realizar uma chamada com apenas uma tentativa, e mantê-la por toda a conversação. Os

acessos estão sempre ocupados, e as ligações são perdidas, e refeitas, várias vezes em apenas uma conversação (ALENCAR, 2011d). A falta de investimento das empresas privadas levou o País a um estado caótico em que as taxas de transmissão, para contratos de serviços de terceira geração (3G), caríssimos, se comparados com os preços praticados nos países listados no relatório da International Telecommunications Union (ITU), que deveriam fornecer 2 Mbit/s, não chegam a 100 kbit/s, fora do centro das capitais. E isso obrigou o governo federal a reviver a Telebrás, para instalar uma rede de banda larga, com taxas de transmissão e custos adequados.

Por outro lado, as taxas de bloqueio, que não deveriam ultrapassar 1%, para o serviço fixo, e 2%, para o serviço móvel celular, chegam a 10% e 20%, ou seja, uma ligação em cinco de celular é bloqueada por falta de enlaces, na hora de maior movimento (HMM). As quedas de ligação são frequentes, principalmente por conta do uso indiscriminado de voz sobre protocolo Internet (VoIP) pelas empresas, sem preocupação com qualidade de serviço (QoS), o que ocasiona perda de pacotes. O pior de tudo isso é que os usuários estão pagando pelo serviço do tipo circuito, teoricamente mais estável, e recebendo o serviço datagrama, ou pacote, que é ineficiente para o tráfego de voz.

3 AS EMPRESAS ACUMULAM PODER

A Anatel avaliou os grupos com Poder de Mercado Significativo (PMS) no País. Por conta do controle que têm sobre esses mercados, essas operadoras devem cumprir medidas de regulação específicas, como compartilhar sua rede ou ter preços de referência controlados (ALENCAR, 2011e). Em infraestrutura e oferta de banda larga, existem no Brasil 1,2 mil municípios em que não há empresa com poder de mercado significativo. A Telemar tem PMS em 3763 municípios, a Telefônica controla 591 cidades, e a Telmex 49. A Telefônica e a Telmex partilham o poder de mercado em 44 municípios e a Telmex e Telemar controlam juntas cinco cidades.

Em relação à interconexão fixa e móvel, o grupo Telemar tem PMS em 4919 municípios e a Telefônica em 645 municípios. No transporte local, a Telemar é PMS em 3934 cidades, a Telefônica em 606 municípios e há 1025 municípios sem nenhuma operadora com poder de mercado significativo. No mercado de comunicações de longa distância, a Telemar é PMS em 3934 municípios. A Telmex é PMS em 1093 municípios e, em 687 deles, compartilha a condição com a Telemar. O grupo Telefônica controla

606 municípios, em 295 dos quais a Telmex também exerce poder. Em 913 municípios não há nenhuma operadora com PMS (TELEBRASIL, 2017).

Considerando a infraestrutura de acesso à rede móvel, a Oi tem PMS em 25 áreas de registro, a Vivo em 16, a Claro em seis e a TIM em uma. Na interconexão em rede móvel, a Oi tem PMS nas regiões de sua área de concessão e a Vivo em São Paulo. Nos mercados em que as chamadas originam na rede de telefonia fixa, a Oi e a Telefônica foram definidas como operadoras com PMS em municípios nos quais têm mais de 20% do mercado. No mercado de chamadas terminadas em redes telefônicas fixas, a Telefônica e a Telemar foram consideradas com PMS. Finalmente, a agência verificou que, no mercado de TV por assinatura, apenas o grupo Telmex, que controla a Net, tem poder de mercado significativo nos 94 municípios em que tem concessão.

4 AS EMPRESAS ACUMULAM LUCROS

O Brasil é um grande exportador de *commodities*, principalmente matéria prima, como ferro e soja, cujos preços têm se mantido em alta por conta do elevado consumo da China. Em 2011, as exportações somam US\$ 235 bilhões, e as importações, US\$ 209 bilhões, com saldo positivo para o ano acima de US\$ 28 bilhões (ALENCAR, 2012a). Entretanto, o País continua sendo um grande exportador de divisas. Em particular, as empresas do setor de telecomunicações, privatizadas no governo Cardoso, exportam muito dinheiro para as matrizes no exterior.

Essas empresas produzem pouco no Brasil, porque atuam no setor de serviços, compram a maior parte dos equipamentos no exterior, ou de empresas estrangeiras, e ofertam, a cada dia que passa, menos empregos qualificados. Em função do número de reclamações registradas em seus *call centers*, além daquelas anotadas pelo Procom e Anatel, essas empresas acabam contratando mais telefonistas para estes centros, por salários baixos, para receberem as queixas dos assinantes, e evitam que isso chegue aos seus setores técnicos, cada vez com menos técnicos para resolver os problemas, um ciclo que foi iniciado com o processo de privatização.

Dados do balanço financeiro da América Móvil, para o segundo trimestre de 2011, indicam que o Brasil já representava 27% da receita da holding mexicana. O País rendeu à América Móvil R\$ 5,666 bilhões, ou US\$ 3,632 bilhões, apenas entre os meses de abril e junho, período em que a holding totalizou uma receita de US\$ 13,488 bilhões. Em 2010, a participação do Brasil era de 24,7% na receita total, com R\$ 5,210 bilhões,

ou US\$ 2,894 bilhões, para uma receita total de US\$ 11,698 bilhões (ALENCAR, 2012b).

No segundo trimestre, a América Móvil obteve um lucro líquido de US\$ 2,04 bilhões, com crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2010. A empresa contava com 235,957 milhões de linhas móveis e 54,492 milhões gerados pelos serviços de telefonia fixa, banda larga, TV por assinatura via cabo e DTH. O crescimento de 2,7% dos negócios fixos, comparando o primeiro e o segundo trimestres de 2011, deve-se principalmente ao Brasil. Do total de 1,4 milhão de novas contratações em comunicações fixas, o mercado brasileiro respondeu por 1,194 milhão. Por outro lado, o México encolheu 0,8%. A América Móvil, que é acionista da Net, Embratel e Claro, tem 20,8 milhões de plataformas fixas no Brasil.

A Embratel teve um aumento anual de 10,2 % em sua receita líquida no segundo trimestre de 2011, e fechou o mês de junho em R\$ 3,033 bilhões. Entretanto, o lucro da empresa caiu 13,7% no ano, passando dos R\$ 206 milhões, em junho de 2010, para R\$ 177,8 milhões em junho deste ano. Apesar das despesas operacionais da empresa terem aumentado 15,56%, totalizando R\$ 2,222 bilhões, as despesas financeiras, variações cambiais e monetárias aumentaram 101,3%, somando 212,1 milhões no período.

A Ericsson, uma das maiores fabricantes de equipamentos para comunicações, relatou uma alta de 59% no lucro no segundo trimestre de 2011, totalizando US\$ 484 milhões. A receita líquida da empresa no segundo trimestre subiu 14%, para US\$ 8,6 bilhões. Parte dessa receita veio da demanda por equipamentos de rede móvel, que teve forte crescimento no trimestre, especialmente no Brasil, com 17%.

A receita total da Portugal Telecom caiu 6,5% no segundo trimestre de 2011, chegando a US\$ 1,171 bilhões, acompanhando os problemas da economia portuguesa. O resultado não inclui o desempenho da operadora Oi, na qual o grupo português tem participação relevante e responde por 46% das receitas gerais do grupo.

Em Julho de 2010, a Portugal Telecom vendeu a sua participação na Vivo para a Telefonica de Espanha por US\$ 10 bilhões, e assinou um termo de compromisso para a entrada na Oi, adquirindo 10% de participação acionária na Telemar Participações e 35% do capital da AG Telefom e L.F. Tel, controladoras da Telemar Participações (ALENCAR, 2012c). A aquisição se concretizou em março de 2011, com a Portugal Telecom passando a ter de uma participação de 25,3% na Oi e uma participação de 14,1% na Contax S.A. Com o investimento de US\$ 5 bilhões feito pela Portugal Telecom na Telemar Norte Leste, S.A. e na Contax, a holding ficou com 12,07% das

ações da Telemar Participações, correspondendo a quase um quarto do capital da empresa.

Levando em conta somente o resultado obtido no mercado português, entre abril e julho, a Portugal Telecom teve sua receita reduzida em 7,5%, para US\$ 991 milhões. A Oi, no entanto, registrou lucro líquido de R\$ 426,2 milhões, o equivalente a US\$ 237,5 milhões, no terceiro trimestre do ano, apesar de representar uma queda de 20,8% em relação ao mesmo período de 2010.

Em setembro de 2016, a Oi registrou 67,1 milhões de usuários, 42,9 milhões deles no segmento de telefonia celular, ela era a maior companhia da América do Sul em número de acessos de telefonia fixa. Os investimentos da empresa chegaram a R\$ 1 bilhão, ou US\$ 557,3 milhões, no trimestre, um incremento de 60% em comparação com 2010. A dívida líquida da empresa era de R\$ 16,1 bilhões, ou US\$ 8,97 bilhões, na época.

A receita líquida trimestral da operadora, que tem a maior cobertura geográfica do País, foi de R\$ 6,94 bilhões, o que equivale a US\$ 3,87 bilhões, uma queda de 5,5%, comparando com o mesmo período de 2010. Porém, a empresa teve que remeter recursos para compensar as perdas da Portugal Telecom em seu país, cuja recessão indica uma retração de 2,3% na economia.

A Telefonica, com sede na Espanha, que vivia momentos de angústia econômica, com o maior índice de desemprego da Europa e uma dívida externa elevada, e que adquiriu a Vivo, teve alta em praticamente todos os indicadores no Brasil, no segundo trimestre. Apenas o lucro líquido trimestral permaneceu estável em relação ao primeiro trimestre do ano, com R\$ 1,1 bilhão, ou US\$ 613 milhões. Considerado o primeiro semestre de 2010, o lucro da empresa foi de R\$ 2,3 bilhões, uma elevação de 46%. A receita líquida, entre janeiro e junho, totalizou R\$ 16,2 bilhões, ou US\$ 9,03 bilhões, 6,6% superior ao mesmo período de 2010.

O investimento da Telefonica do Brasil foi de R\$ 1,8 bilhão no segundo trimestre de 2011, totalizando R\$ 2,6 bilhões no primeiro semestre, um aumento de 56,6% em relação ao mesmo período de 2010. A Vivo lidera em telefonia móvel, com uma parcela de 29,4%. A Telefonica lidera em termos de telefonia pós-paga, com 35,9%, e em banda larga móvel, com 42,4% (ALENCAR, 2012d).

A receita da Telefonica na Espanha vinha caindo desde o quarto trimestre de 2008. Em 2011, houve uma queda de 10,6% no lucro líquido, totalizando US\$ 3,67 bilhões, no acumulado até setembro. No entanto, a receita cresceu 5,4% no período, somando US\$ 62,67 bilhões. Os resultados foram estimulados pelos negócios de serviços de

dados móveis. Na América Latina as vendas cresceram 18,1%, para US\$ 29 bilhões, o que representa 46% dos resultados do grupo. O Brasil é o mercado mais importante da região, representando 50% das receitas.

A base de assinantes da Telecom Italia (TIM), outra empresa com sede em um país em forte crise econômica e política, atingiu 59,2 milhões de usuários no terceiro trimestre de 2011, um crescimento de 26,1% ao ano. A receita líquida da empresa atingiu R\$ 4,4 bilhões, um incremento de 18,9% ao ano. O lucro líquido da empresa totalizou R\$ 317 milhões, um aumento de 116% em relação do mesmo período de 2010.

Vale lembrar que os valores pelos quais as empresas de telecomunicações foram vendidas no governo Fernando Henrique Cardoso representam apenas frações das receitas atuais de seus controladores. Para ilustrar, seguem apenas dois exemplos que ilustram a discrepância entre os valores. A Tele Norte-Leste, que contemplava todas as empresas telefônicas do Rio de Janeiro ao Amazonas, atualmente denominada Telemar (Oi), foi vendida por apenas R\$ 3,434 bilhões, algo como US\$ 1,717 bilhões a preços da época, que representa uma fração da receita trimestral da empresa atualmente.

A Embratel, cujo patrimônio em dezembro de 1998 era de US\$ 4,782 bilhões, e tinha um faturamento anual superior a US\$ 980 bilhões, foi vendida no mesmo ano por apenas US\$ 650 milhões, em valores corrigidos para janeiro de 1999, quando o governo desvalorizou o Real para beneficiar os consórcios que adquiriram as empresas públicas. Esse valor representava pouco mais de um terço do faturamento da empresa (ALENCAR, 2011f).

A Embratel é uma empresa do Grupo América Móvil, visto que a Telmex a adquiriu, em julho de 2004, da empresa norte americana MCI. Em 2007, a Embratel passou a fazer parte da Telmex Internacional, que foi incorporada pela América Móvil, do México, em 2010 (ALENCAR, 2012e). A empresa, criada por lei no governo de João Goulart, mas implantada no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, tem a concessão para longa distância nacional e internacional em todo o País. Ela funcionou como empresa de estatal, aliás a mais eficiente delas, até 1998, ano em que faturou mais de três bilhões e meio de reais, a preços de 2017.

O faturamento da América Móvil, holding que controla as empresas Embratel, Claro e Net foi R\$ 36,30 bilhões, em 2010, valor que subiu para R\$ 39,96 bilhões, em 2011, e fechou 2012 acima do patamar de R\$ 43,59 bilhões. Esse valor foi 33 vezes aquele pago pela Embratel no leilão de privatização, e parte dele vai direta, ou indiretamente, para o México.

5 A FALTA DE INVESTIMENTO EM COMUNICAÇÕES REDUZ O CRESCIMENTO

Provavelmente o diagrama mais familiar na economia de telecomunicações seja o que mostra a relação entre a densidade de telefones e a renda per capita de um país. Em um estudo publicado em 1963, o engenheiro e professor A. G. W. Jipp demonstrou uma correlação positiva entre a renda de uma nação e a densidade telefônica (ALENCAR, 2013a).

Essa relação ficou conhecida como Lei de Jipp, e indica que um aumento, em nível global, de dois mil reais no Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é associado a um crescimento de 2,4 vezes em teledensidade. Geralmente, a relação fica mais forte à medida que a riqueza aumenta. Isso é frequentemente interpretado como havendo uma relação causal que funciona na duas direções: melhor comunicação gera crescimento econômico, o que demanda uma melhor infraestrutura de comunicações (JIPP, 1962).

O pesquisador Márcio Wohlers de Almeida observou também, em sua tese, em 1994, que havia correlação bastante forte entre esses dois indicadores básicos, usados na análise econométrica feita por Jipp, que foi referendada por estudos posteriores. A correlação encontrada entre os indicadores é significativa, seja em relação à evolução temporal, no âmbito interno de um país, seja por meio de comparação entre grupo de países. Observou também uma relação logarítmica entre as variáveis telefones por habitante e PIB per capita (ALMEIDA, 1994).

Identificar qual é a variável dependente e qual a independente nessa correlação é uma questão essencial e que intriga pesquisadores há cinco décadas. Almeida (1994) concluiu que as análises econométricas não permitiam uma resposta adequada, de modo que não era possível estabelecer relações de causalidade entre as variáveis densidade de telecomunicações e desenvolvimento econômico medido pela renda per capita.

Entretanto, a dimensão das redes de infraestrutura em geral, não apenas telecomunicações, reflete o nível de desenvolvimento do país. O tamanho das redes é também um dos indicadores do grau de desenvolvimento do país. Ponderava ele que, caso fosse possível provar que a ampliação da rede de telecomunicações tem um efeito relativo mais importante que o das outras infraestruturas para alavancar o desenvolvimento econômico, haveria maior consistência técnica e teórica nas propostas de aumento dos recursos a serem destinados a esse setor.

O impacto de um sistema de telecomunicações na sociedade decorre de sua capacidade de encurtar distâncias, diminuindo o custo e reduzindo o tempo necessário à transmissão de informações. Em relação à motivação de ordem pessoal, as telecomunicações proporcionam um meio de comunicação interativa e imediata. O uso das telecomunicações para fins pessoais apresenta uma baixa intensidade, e se registra uma considerável capacidade ociosa dos equipamentos alocados exclusivamente para este tipo de uso.

O uso comercial, ou realização de negócios, por outro lado, além de se valer das mesmas características de instantaneidade e interatividade das telecomunicações, apresenta um impacto forte no funcionamento interno das firmas e empresas, um fator importante para a organização dos mercados e para o desenvolvimento econômico.

Além do suporte às transações, que permite uma melhoria da eficiência microeconômica e da organização dos mercados, as telecomunicações apresentam ainda um terceiro impacto, relacionado à dimensão espacial ou regional do desenvolvimento econômico, porque a infraestrutura de telecomunicações atua de forma complementar ou eventualmente substitutiva em relação às demais infraestruturas físicas de transporte.

Esse é um ponto importante, porque a ação complementar ou substitutiva das comunicações em relação à infraestrutura de transporte, por exemplo, indica que pode haver, afinal, um sentido de causa e efeito na Lei de Jipp. Como se sabe, a construção de rodovias, pontes e outras estruturas de transporte e logística tem o potencial de induzir o desenvolvimento da região onde o investimento é realizado. É notória a pressão dos governantes para conseguir recursos para construção de estradas, por conta desse efeito indutor de crescimento econômico.

Como a infraestrutura de telecomunicações é a rodovia para o tráfego de informações, no formato de vídeos, mensagens, imagens, dados, pacotes, transações financeiras, entre outras, e substitui ou complementa as outras infraestruturas, é natural imaginar que seja também ela indutora de crescimento econômico.

Dessa forma, fica mais fácil compreender porque o Brasil teve seu crescimento estagnado nos últimos anos: a falta de investimento por parte das empresas operadoras de comunicações é certamente o motivo principal. As operadoras, mais preocupadas em repatriar, ou expatriar, o lucro obtido com as tarifas elevadas que praticam no País, não têm feito os investimentos necessários ao crescimento da planta de telecomunicações. Os serviços de comunicação de voz e dados têm baixa qualidade, como indicam os

números de reclamações no Procom e na Anatel, além daqueles feitos nos *call centers* das empresas.

Para se completar uma ligação telefônica é preciso tentar várias vezes, sendo comum a queda no meio da ligação, e a probabilidade de bloqueio é de dez a vinte vezes aquela especificada pela Anatel. Por outro lado, a taxa de transmissão efetiva de dados nunca chega a 20% daquela contratada, configurando uma apropriação indevida de recursos dos assinantes, e obrigando o governo federal a ressuscitar a Telebrás para prover os conhecidos serviços de banda larga, visto que as empresas privatizadas não fizeram os investimentos necessários.

A Lei de Jipp também indica que, para o Brasil chegar ao patamar de país desenvolvido, é preciso investir muito em telecomunicações, principalmente na rede de comunicações, nas centrais telefônicas, nas centrais de comutação e controle, nas estações radiobase, na radiodifusão, nas redes de computadores, e não apenas na venda de telefones celulares.

6 AS PRIVATIZAÇÕES AUMENTARAM OS IMPOSTOS

A privatização das estatais, além dos valores baixos apurados nos leilões, da péssima qualidade dos serviços prestados pelas empresas que as adquiriram e do custo elevado destes serviços para os usuários, causou um problema grave para os contribuintes. Um pouco de macroeconomia ajuda a entender o problema (ALENCAR, 2013b).

Os governos têm três maneiras principais de financiarem o desenvolvimento de seus países, para realizar obras e aplicar recursos em saúde e educação, entre outras prioridades. A primeira e mais comum é o endividamento, que pode ser feito com bancos nacionais ou internacionais, ou pela emissão de papéis, como letras do tesouro.

A segunda forma de obter receita é pela arrecadação de impostos, um processo ineficiente que tende a onerar os pequenos comerciantes e os contribuintes de baixa e média renda, principalmente os funcionários públicos e empregados de grandes empresas, que são as mais visadas pelo fisco. Além disso, é sujeita à sonegação e a críticas de todos os setores, porque é uma arrecadação geralmente sem aplicação definida.

A terceira maneira de financiamento é pela cobrança de tarifas, por intermédio das empresas estatais. Essa é a melhor, mais justa e eficiente forma de obter receita, porque funciona como um imposto com destinação específica, pago por aquele que realmente

usa o serviço. A população não reclama do pagamento de tarifas, nem costuma sonegar, quando percebe que ela é justa para o serviço prestado.

Com a venda das estatais o governo abriu mão das tarifas em favor de empresários estrangeiros e capitalistas brasileiros. Como o governo de Fernando Henrique Cardoso tinha baixa credibilidade para lançar mais papéis ou contrair novos empréstimos, passou a cobrar mais impostos. A dívida pública, no início do governo FHC, equivalia a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas do País. A carga tributária era de 27% do PIB. Ao final do governo FHC, em 2002, após a privatização das empresas estatais, segundo o Banco Central (BC), a dívida bruta do governo federal passou a 62,7% do PIB, a dívida líquida chegou a 60,4%, e os impostos sobre a população passaram a 36% do PIB (CENTRAL, 2012).

Em 1997, o governo arrecadou R\$ 112,676 bilhões em impostos. Ao final do governo FHC, em 2002, a arrecadação nominal havia passado de R\$ 243,005 bilhões, ou seja, mais 100% a mais de impostos cobrados, em comparação com o ano em que foi aprovada a venda das estatais. Vale lembrar que um dos objetivos alegados para a privatização era exatamente reduzir a carga tributária incidente sobre o contribuinte.

O maior aumento da arrecadação de impostos na história recente do Brasil ocorreu exatamente entre 1997, ano da alteração na Constituição que permitiu a quebra do monopólio estatal em diversos serviços, e 1998, ano da venda do restante das estatais. Os impostos aumentaram 13,85%, a preços de dezembro 1998. O que decorreu da troca feita pelo governo Cardoso, que deixou de recolher as tarifas propiciadas pelas empresas estatais, e passou a arrecadar mais impostos, por conta da alienação do patrimônio da Nação.

Os problemas associados às privatizações não param nos números citados. As reservas internacionais do Brasil caíram no final do governo Cardoso para o menor patamar em décadas, apenas US\$ 38 bilhões (ALENCAR, 2013c). Para fazer uma comparação com dados mais atuais, as reservas, em 2012, no governo Dilma Rousseff, estavam em US\$ 378,9 bilhões, ou seja, 900% maiores que aquelas da época das privatizações.

A dívida externa, que deveria ter sido reduzida, como prometido no início as privatizações por José Serra, ex-ministro do planejamento que coordenou o processo, atingiu, em 2002, o maior valor da história do País, mais de US\$ 211,7 bilhões, segundo dados do Banco Central.

Ainda mais, a taxa de desemprego, alimentada pelas demissões em massa feitas pelos consórcios compradores das estatais, elevou-se a 12,5%, uma das maiores da história do Brasil. A inflação, o único indicador que o governo FHC alegava ter melhorado, chegou, em 2002, à impressionante marca de 12,53%, a mais elevada das últimas duas décadas.

Finalmente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que é um bom indicador do sucesso ou falha do processo de privatização, foi de apenas 0,3%, em 1999, o ano seguinte às privatizações. Para ter uma base de comparação, o crescimento médio do PIB na última década, incluindo o ano de 2013, foi de 3,9%, treze vezes aquele contabilizado na era Cardoso.

7 CONCLUSÕES

Nota-se que, com a venda das empresas estatais de telecomunicações, o governo abdicou de uma receita considerável em termos de tarifas, o que o obrigou a aumentar os impostos ano a ano. O valor arrecadado com os leilões de privatização, R\$ 16 bilhões pelas concessões e R\$ 6 bilhões pelas licenças, foi inferior ao valor do investimento feito nas empresas durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que atingiu a cifra de R\$ 26 bilhões (ALENCAR, 2011g).

Os investimentos acordados com as empresas ficaram aquém do esperado em praticamente todos os anos, e isso teve um impacto negativo no desenvolvimento do País, como verificado pela análise da Lei de Jipp. A taxa de desemprego para profissionais qualificados se elevou, causada por demissões de técnicos e engenheiros. Por outro lado, houve um incremento na contratação de pessoas sem qualificação para os *call centers*, centros criados principalmente para receber reclamações, por conta da baixa qualidade dos serviços prestados pelas empresas privadas.

O Brasil terminou o mandato de Cardoso classificado como grau especulativo por todas as agências de avaliação de risco mundiais. Atualmente, em termos comparativos, o País que não tem vendido empresas públicas essenciais há mais de uma década, é classificado como grau de investimento por todas as agências, e a dívida de longo prazo em moeda local, que representa mais de 95% da dívida pública federal, foi classificada como A- pela Standard & Poors (S&P), com perspectiva estável.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. S. *Presidentes não Recebem Propinas, Ministram Palestras — 1.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2011a). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2011/04/05/presidentes-nao-recebem-propina-ministram-palestras-264896.php>. Acesso em 5 de abril de 2011.
- _____. *Presidentes não Recebem Propinas, Ministram Palestras — 2.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2011b). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2011/04/18/presidentes-nao-recebem-propina-ministram-palestras--2-267262.php>. Acesso em 18 de abril de 2011.
- _____. *Presidentes não Recebem Propinas, Ministram Palestras — 3.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2011c). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2011/04/25/presidentes-nao-recebem-propina-ministram-palestras--3-268323.php>. Acesso em 25 de abril de 2011.
- _____. *Presidentes não Recebem Propinas, Ministram Palestras — 4.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2011d). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2011/06/13/presidentes-nao-recebem-propina-ministram-palestras--4-277555.php>. Acesso em 13 de junho de 2011.
- _____. *As Empresas que Dominam o Setor de Telecomunicações no Brasil.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2011e). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2011/12/21/as-empresas-que-dominam-o-setor-de-telecomunicacoes-no-brasil-316751.php>. Acesso em 21 de novembro de 2011.
- _____. *História, Tecnologia e Legislação de Telecomunicações.* Editora e Gráfica Epgraf. Campina Grande. (2011f). ISSN: 978-85-910418-4-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.12702/978-85-910418-4-8>.
- _____. *História da Comunicação no Brasil.* Editora e Gráfica Epgraf. Campina Grande. (2011g). ISSN: 978-85-910418-3-1. DOI: <http://dx.doi.org/10.12702/978-85-910418-3-1>.
- _____. *O Maior Item da Pauta de Exportação do Brasil dá Prejuízo — Parte I.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2012a). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2012/01/04/o-maior-item-da-pauta-de-exportacao-do-brasil-da-prejuizo--parte-i-319355.php>. Acesso em 4 de janeiro de 2012.
- _____. *O Maior Item da Pauta de Exportação do Brasil dá Prejuízo — Parte II.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2012b). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2012/01/12/o-maior-item-da-pauta-de-exportacao-do-brasil-da-prejuizo--parte-ii-320921.php>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.
- _____. *O Maior Item da Pauta de Exportação do Brasil dá Prejuízo — Parte III.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2012c). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2012/01/18/o-maior-item-da-pauta-de-exportacao-do-brasil-da-prejuizo--parte-iii-321982.php>. Acesso em 18 de janeiro de 2012.
- _____. *O Maior Item da Pauta de Exportação do Brasil dá Prejuízo — Parte IV.* NE10 Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Recife. (2012d). URL [On line]:

<http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2012/02/23/o-maior-item-da-pauta-de-exportacao-do-brasil-da-prejuizo--parte-iv-328311.php>. Acesso em 23 de fevereiro de 2012.

_____. ***O que o País Perdeu com a Venda da Embratel***. NE10 Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Recife. (2012e). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2012/11/20/o-que-o-brasil-perdeu-com-a-venda-da-embratel-382026.php>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

_____. ***Como a Falta de Investimento em Comunicações Parou o Brasil***. NE10 Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Recife. (2013a). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2013/04/24/como-a-falta-de-investimento-em-comunicacoes-parou-o-brasil-414503.php>. Acesso em 24 de abril de 2013.

_____. ***Sobre Privatizações, Tarifas e Impostos***. NE10 Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Recife. (2013b). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2013/11/11/sobre-privatizacoes-tarifas-e-impostos-453973.php>. Acesso em 11 de novembro de 2013.

_____. ***Sobre Colonialismo e Privatização***. NE10 Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Recife. (2013c). URL [On line]: <http://ne10.uol.com.br/coluna/difusao/noticia/2013/11/22/sobre-colonialismo-e-privatizacao-456193.php>. Acesso em 22 de novembro de 2013.

ALMEIDA, Márcio W. (1994) ***Reestruturação, Internacionalização e Mudanças Institucionais nas Telecomunicações: Lições das Experiências Internacionais para o caso Brasileiro***. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas.

CENTRAL, Banco (2010) ***Relações Econômico-Financeiras com o Exterior***. Banco Central do Brasil. Brasília. URL [On line]: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010cap5p.pdf>

CENTRAL, Banco (2012) ***Séries Temporais***. Banco Central do Brasil. Brasília. URL [On line]: <http://www.bcb.gov.br/?serietemp>. Acesso em 1 de novembro de 2012.

DREYFUSS, René A. (1981) ***1964: A Conquista do Estado — Ação Política Poder e Golpe de Classe***. Editora Vozes Ltda. São Paulo.

IBGE (2010) Atlas Nacional do Brasil, Redes de Comunicação. ftp://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas_nacional_do_brasil_2010/1_brasil_no_mundo/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_27_redes_de_comunicacao.pdf

JIPP, A. G. W. (1962) ***Berechenbare Größen in der Volks- und Verkehrswirtschaft***. Oldenbourg München.

MIROW, Kurt R. (1978) ***A Ditadura dos Cartéis***. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro.

TELEBRASIL (2017) ***O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil***. Séries Temporais. Associação Brasileira de Telecomunicações. Rio de Janeiro, Brasil.